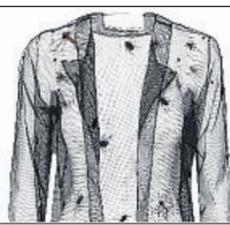


DESTAQUES DO PORTAL A TARDE



Divulgação

Marcas apostam em coleções de roupas inspiradas em 'insetos'
moda.atarde.com.br

Vento forte inverte fluxo da água da Cachoeira da Fumaça
atarde.com.br/bahia

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Repórter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL *Em defesa própria*

Quando se acredita que do Congresso Nacional não há nada mais de absurdo para sair, nossos congressistas conseguem se superar e arquitetam alguma manobra que mostra, novamente, como eles estão muito mais preocupados com sua situação pessoal do que com o quadro nacional. Desta vez, aproveitando-se de medida provisória encaminhada pelo governo, que visa o parcelamento de dívidas junto à Receita Federal, deputados e senadores que devem R\$ 3 bilhões em tributos apresentaram 376 emendas à proposta, a maioria visando atender aos seus interesses.

O interessante é que, quando indagados

se isto não seria legislar em causa própria, os parlamentares endividados garantem não ver nenhum conflito de interesses no ato de apresentarem emendas que os beneficiam ou às suas empresas. O próprio

A questão maior no Brasil atual é convencer os políticos de que são eleitos para servir ao país e ao seu povo, não para deles se servir

relator do projeto, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), é um dos que vão se beneficiar diretamente com a proposta e com as alterações que lhe foram apresentadas, uma vez que suas empresas devem R\$ 67,8 milhões.

Levantamento realizado pelo jornal Folha de S.Paulo, usando dados oficiais fornecidos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, mostra que 291 deputados devem R\$ 1 bilhão em nome próprio, de empresas controladas por eles ou das quais são sócios. Estão incluídas aí dívidas de companhias, fundações ou agremiações que têm parlamentares como responsáveis. A maior parte das dívidas

(R\$ 724,6 milhões) envolve empresas controladas por 190 deputados (37% dos 513 integrantes da Câmara Federal).

Consultado, um dos integrantes da PGFN definiu de forma exemplar: "Parlamentares devedores que foram eleitos por empresas devedoras, que só usam os programas de refinanciamento para continuar não pagando imposto".

Com exemplos desta natureza dá para ver que a questão maior no Brasil atual não é sequer punir corruptos e corruptores, mas sim convencer boa parte dos políticos de que eles são eleitos para servir ao país e ao seu povo, não para deles se servir.

SIMANCA



Brasil: um país do futuro?

Marx Beltrão

Ministro do Turismo e deputado licenciado pelo PMDB-AL

O Brasil cansou de ser o país do futuro. Não adianta termos potencial se não conseguimos traduzi-lo em benefícios reais à população, em emprego e renda. Apesar de todos os nossos atrativos, o Brasil recebe menos de 0,6% dos turistas do mundo e fatura apenas 0,4% do valor global.

O turismo reúne excelentes condições de ajudar o Brasil a enfrentar a crise. Esta certeza se baseia em fatos. Enquanto a economia mundial cresceu apenas 2,4% em 2016, o setor avançou quase o dobro (4%). Graças ao turismo, Grécia e Espanha evitaram o colapso completo.

Desde que assumi o Ministério do Turismo, conversei com lideranças nacionais e internacionais do segmento. Tive acesso a uma gama imensa de estudos que indicam o caminho.

Elaboramos o Brasil + Turismo, um pacote de medidas em defesa do setor. Na primeira fase, ele vai intensificar a promoção internacional e permitir a abertura completa de empresas de transporte aéreo ao capital estrangeiro para aumentar a conectividade.

Num ranking de 136 nações, estamos na 96ª posição no item abertura internacional. Para atacar este gargalo, vamos implantar o visto eletrônico a países estratégicos. Até o fim do ano, turistas dos EUA, Canadá, Japão e Austrália conseguirão a autorização, pela internet, em até 48 horas.

Estudo realizado pela Organização Mundial de Turismo e pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) concluiu que políticas de facilitação de vistos proporcionaram uma alta de até 25% no fluxo turístico. Na Copa do Mundo e na Olimpíada, quando o Brasil realizou duas experiências do tipo, registramos um faturamento recorde. Estimamos que a facilitação de vistos pode injetar até R\$ 1,4 bilhão na economia nacional em dois anos.

Outra vantagem comparativa que passa a ser mais bem aproveitada é o nosso litoral, como as lindas praias da Bahia. Apesar de termos uma orla com 7,5 mil quilômetros, há uma série de restrições ao desenvolvimento de atividades turísticas nessas áreas. O MTur e o Ministério do Planejamento formalizaram uma parceria que prevê a cessão de áreas turísticas e a criação ou regularização de empreendimentos privados nesses locais.

Para melhorar a experiência do turista nos destinos nacionais, vamos trabalhar ainda na qualificação profissional. Por último, mas não menos importante, estruturamos cinco medidas de gestão: a modernização da Lei Geral do Turismo; a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro; a fiscalização do transporte turístico; a simplificação dos impostos para parques temáticos e o direcionamento de recursos a órgãos estaduais de turismo.

As iniciativas vêm consertar uma miopia histórica do governo brasileiro em relação ao turismo. Um importante passo para fazermos o futuro chegar para o Brasil.

Revitalizar para quem?

Angelo Serpa

Professor titular da Ufba e pesquisador do CNPq
angserpa@ufba.br

A Articulação do Centro Antigo de Salvador se mobiliza contra o Programa Revitalizar, proposto pela Prefeitura Municipal em dezembro de 2016 e que será votado em breve como Projeto de Lei (PL 302/2016) pela Câmara Municipal. Para o movimento, a Prefeitura incentiva desapropriações e expulsões de famílias residentes no Centro Antigo, por promover a restauração e a recuperação de imóveis mediante incentivos fiscais a proprietários e empreendedores que desejem investir na área, sem um programa específico de moradia popular.

Segundo a Articulação, a Prefeitura esquece-se das famílias que vivem e trabalham nestes imóveis, que, mesmo com um aspecto que possa não agradar aos turistas, cumprem uma função social, como prescreve o Estatuto da Cidade. Sob

essa ótica, moradores que vivem nestes imóveis, como inquilinos ou ocupantes, dinamizam o Centro Antigo e o mantêm vivo, sustentando os casarões de pé há décadas, sem incentivos nem programas específicos. A degradação dos imóveis é resultado da ausência de políticas públicas com sensibilidade social, que reconheçam os direitos de uso dos moradores do Centro Antigo.

Para tocar o Programa Revitalizar, a Prefeitura aposta em uma Diretoria de Gestão do Centro Histórico, instância em fase de implantação, para "fechar o cerco" a proprietários de casarões em ruínas, deteriorados ou vazios. Através do Revitalizar, será possível a redução de impostos como o IPTU e o ISS para aqueles proprietários que efetivamente reformem, restaurem e deem destinação a seus imóveis. Mais de 100 casarões estão na mira do Programa, mas especialistas criticam a falta de garantias para sustentar a reprodução da vida de quem já vive na área.

Embora seja considerado positivo o in-

teresse na recuperação de imóveis degradados e em ruínas, os críticos alertam para o fato de as isenções não garantirem necessariamente aos proprietários os recursos para reformar/restaurar os imóveis, restringindo o alcance do Programa àqueles donos de casarões com rendas mais elevadas. Assim, ficam de fora os proprietários, inquilinos e ocupantes que não dispõem de renda para efetivamente recuperarem os imóveis, mantidos ainda de pé graças ao trabalho destes últimos.

No limite, o Programa prevê a desapropriação e a venda dos casarões que não forem restaurados, mas não especifica para onde irão os recursos arrecadados com a venda, que poderiam subsidiar políticas de habitação de interesse social e de geração de empregos no Centro Antigo, garantindo a permanência de quem manteve viva a área central da cidade nas últimas décadas. Afinal, o Centro de Salvador não está morto para milhares de pessoas que ali vivem e trabalham e é preciso questionar para quem a área será "revitalizada".